



## **Informações Trimestrais**

**Preparadas de Acordo com as Práticas Contábeis  
Adotadas no Brasil**

**Companhia de Arrendamento Mercantil  
RCI Brasil**

**31 de Março de 2015**

## COMPANHIA DE ARRENDAMENTO MERCANTIL RCI BRASIL

	<b>Pág.</b>
<b>Índice das Informações Trimestrais:</b>	
Comentário de Desempenho	1
<b>Demonstrações Financeiras:</b>	
Balanços Patrimoniais	3
Demonstração dos Resultados	5
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa	7
Demonstração do Valor Adicionado	8
Notas Explicativas às Informações Trimestrais	9
Relação dos Administradores	21
Relatório dos Auditores Independentes	22

## **COMPANHIA DE ARRENDAMENTO MERCANTIL RCI BRASIL**

### **COMENTÁRIO DE DESEMPENHO**

---

#### **Senhores Acionistas:**

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V.Sas., as Informações Trimestrais da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil (Companhia), relativas aos trimestres findo findos em 31 de março de 2015 e 2014 e em 31 dezembro de 2014, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

#### **Mercado de Atuação**

A Companhia, instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, atua no mercado de arrendamento mercantil, regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações voltadas, principalmente, para o arrendamento de veículos das marcas Renault e Nissan.

#### **Patrimônio Líquido e Resultado**

O patrimônio líquido atingiu R\$774 milhões em 31 de março de 2015, apresentando evolução de 5% em relação a R\$737 milhões em 31 de dezembro de 2014. O lucro líquido apresentado no trimestre foi de R\$36 milhões em comparação a R\$17 milhões do mesmo período do ano anterior.

#### **Ativos e Passivos**

Em 31 de março de 2015, os ativos totais atingiram R\$3.464 milhões, apresentando uma redução de 0,6% em comparação a R\$3.484 milhões em 31 de dezembro de 2014, e estão representados principalmente pelas operações de arrendamento mercantil no montante de R\$3.036 milhões (31/12/2014 - R\$3.140 milhões), os quais, reduzidos do valor residual garantido registrado no passivo no valor de R\$2.002 milhões (31/12/2014 - R\$2.032 milhões), representam uma carteira líquida de R\$1.034 milhões (31/12/2014 - R\$1.108 milhões).

As captações em depósitos interfinanceiros totalizaram R\$119 milhões em 31 de março de 2015 em comparação a R\$115 milhões em 31 de dezembro de 2014.

#### **Conjuntura Econômica**

No primeiro trimestre de 2015, a atividade bancária do Brasil se desenvolveu em um ambiente de economia fraca e taxas de juros mais elevadas para conter a inflação e depreciação do real frente ao dólar.

A taxa Selic atingiu 12,75%, alta de 100 bps frente à última a 11,75% ao final de 2014. A ação de política monetária juntamente com medidas de aperto fiscal devem ajudar a conter a inflação. O IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) alcançou 8,14% em março, acima do teto da meta que é 6,5%.

O mercado de trabalho continua firme, com a taxa de desemprego de 5,9% em fevereiro, perto das mínimas históricas.

## **COMPANHIA DE ARRENDAMENTO MERCANTIL RCI BRASIL**

### **COMENTÁRIO DE DESEMPENHO**

---

A carteira de crédito do sistema cresceu 0,5% no mês de fevereiro de 2015, enquanto o crescimento anual foi de 11,0%. Este crescimento foi impulsionado, principalmente, pelo crédito direcionado (0,8% no mês e 18,1% em doze meses). A carteira dos bancos públicos aumentou 16,3% em doze meses, enquanto a dos bancos privados se expandiu em 5,4%.

#### **Outras Informações**

A Companhia tem como política restringir os serviços prestados por seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor, em consonância com as normas brasileiras e internacionais. Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 381/2003, informa que no trimestre findo em 31 de março de 2015, não foram contratados da KPMG Auditores Independentes outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente.

#### **Agradecimentos**

A Administração da Companhia agradece aos clientes e acionistas pela confiança depositada.

Curitiba, 15 de maio de 2015  
**O Conselho de Administração**  
**A Diretoria**

\*\*\*\*\*

**COMPANHIA DE ARRENDAMENTO MERCANTIL RCI BRASIL**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
<b>Ativo Circulante</b>		<b>146.813</b>	<b>61.841</b>
<b>Disponibilidades</b>	<b>4&amp;15.d</b>	<b>7.779</b>	<b>4.046</b>
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	<b>4</b>	<b>110.000</b>	<b>28.010</b>
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		110.000	28.010
<b>Operações de Arrendamento Mercantil</b>		<b>(1.584)</b>	<b>(2.255)</b>
Arrendamentos a Receber:			
Setor Privado	6.a	182.473	191.315
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	6.a	(175.281)	(184.160)
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	6.d	(8.776)	(9.410)
<b>Outros Créditos</b>		<b>19.437</b>	<b>18.232</b>
Créditos Tributários	7	12.303	10.555
Diversos	8	7.134	7.677
<b>Outros Valores e Bens</b>		<b>11.181</b>	<b>13.808</b>
Outros Valores e Bens	6.a	1.192	1.280
Despesas Antecipadas		9.989	12.528
<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>		<b>302.961</b>	<b>304.532</b>
<b>Operações de Arrendamento Mercantil</b>		<b>2.037</b>	<b>2.981</b>
Arrendamentos a Receber:			
Setor Privado	6.a	246.344	266.049
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	6.a	(233.132)	(251.214)
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	6.d	(11.175)	(11.854)
<b>Outros Créditos</b>		<b>291.030</b>	<b>289.057</b>
Créditos Tributários	7	182.800	197.436
Diversos	8	108.230	91.621
<b>Outros Valores e Bens</b>		<b>9.894</b>	<b>12.494</b>
Despesas Antecipadas		9.894	12.494
<b>Permanente</b>		<b>3.014.204</b>	<b>3.117.384</b>
<b>Imobilizado de Uso</b>		<b>3</b>	<b>3</b>
Outras Imobilizações de Uso		5	5
(Depreciações Acumuladas)		(2)	(2)
<b>Imobilizado de Arrendamento</b>	<b>9</b>	<b>3.014.201</b>	<b>3.117.381</b>
Bens Arrendados		2.906.174	3.001.825
Superveniência de Depreciação		1.371.228	1.370.253
(Depreciações Acumuladas)		(1.263.201)	(1.254.697)
<b>Total do Ativo</b>		<b><u>3.463.978</u></b>	<b><u>3.483.757</u></b>

**COMPANHIA DE ARRENDAMENTO MERCANTIL RCI BRASIL**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
<b>Passivo Circulante</b>		<b>964.247</b>	<b>973.086</b>
<b>Depósitos</b>		<b>118.847</b>	<b>115.153</b>
Depósitos Interfinanceiros	10	118.847	115.153
<b>Outras Obrigações</b>		<b>845.400</b>	<b>857.933</b>
Sociais e Estatutárias		54.979	54.979
Fiscais e Previdenciárias	11	5.195	6.149
Diversas	12	785.226	796.805
<b>Passivo Exigível a Longo Prazo</b>		<b>1.726.209</b>	<b>1.773.231</b>
<b>Outras Obrigações</b>		<b>1.726.209</b>	<b>1.773.231</b>
Fiscais e Previdenciárias	11	409.806	433.572
Diversas	12	1.316.403	1.339.659
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>14</b>	<b>773.522</b>	<b>737.440</b>
Capital Social:			
De Domiciliados no País		448.152	448.152
Reservas de Lucros		289.288	289.288
Lucros Acumulados		36.082	-
<b>Total do Passivo</b>		<b><u>3.463.978</u></b>	<b><u>3.483.757</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

**COMPANHIA DE ARRENDAMENTO MERCANTIL RCI BRASIL**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 31/03/2015	01/01 a 31/03/2014
<b>Receitas da Intermediação Financeira</b>		<b>187.262</b>	<b>173.672</b>
Operações de Arrendamento Mercantil		185.146	173.667
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		2.116	5
<b>Despesas da Intermediação Financeira</b>		<b>(157.281)</b>	<b>(196.696)</b>
Operações de Captação no Mercado		(3.694)	(11.603)
Operações de Arrendamento Mercantil		(154.569)	(183.280)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	6.d	982	(1.813)
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</b>		<b>29.981</b>	<b>(23.024)</b>
<b>Outras Receitas (Despesas) Operacionais</b>		<b>18.836</b>	<b>(10.866)</b>
Rendas de Tarifas Bancárias		1.446	1.982
Outras Despesas Administrativas		(2.881)	(2.537)
Despesas Tributárias		(2.095)	(4.015)
Outras Receitas Operacionais	16	33.062	3.825
Outras Despesas Operacionais	17	(10.696)	(10.121)
<b>Resultado Operacional</b>		<b>48.817</b>	<b>(33.890)</b>
<b>Resultado não Operacional</b>	<b>18</b>	<b>10.495</b>	<b>62.098</b>
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro</b>		<b>59.312</b>	<b>28.208</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>19</b>	<b>(23.230)</b>	<b>(10.941)</b>
Provisão para Imposto de Renda		(5.557)	(10.442)
Provisão para Contribuição Social		(4.785)	(4.868)
Ativo Fiscal Diferido		(12.888)	4.369
<b>Lucro Líquido</b>		<b>36.082</b>	<b>17.267</b>
Nº de Ações (Mil)	14.a	243	243
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R\$)		148.485,60	71.057,61

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

**COMPANHIA DE ARRENDAMENTO MERCANTIL RCI BRASIL**  
**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	<b>Capital Social</b>	<b>Reservas de Lucros</b>		<b>Lucros Acumulados</b>	<b>Total</b>
		<b>Reserva Legal</b>	<b>Reserva Estatutária</b>		
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>448.152</b>	<b>16.223</b>	<b>218.457</b>	-	<b>682.832</b>
Lucro Líquido	-	-	-	17.267	17.267
<b>Saldos em 31 de Março de 2014</b>	<b>448.152</b>	<b>16.223</b>	<b>218.457</b>	<b>17.267</b>	<b>700.099</b>
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2014</b>	<b>448.152</b>	<b>19.804</b>	<b>269.484</b>	-	<b>737.440</b>
Lucro Líquido	-	-	-	36.082	36.082
<b>Saldos em 31 de Março de 2015</b>	<b>448.152</b>	<b>19.804</b>	<b>269.484</b>	<b>36.082</b>	<b>773.522</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.



**COMPANHIA DE ARRENDAMENTO MERCANTIL RCI BRASIL**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	<u>Nota</u>	<u>01/01 a</u> <u>31/03/2015</u>	<u>01/01 a</u> <u>31/03/2014</u>
<b>Atividades Operacionais</b>			
<b>Lucro Líquido</b>		<b>36.082</b>	<b>17.267</b>
<b>Ajustes ao Lucro Líquido</b>		<b>(13.898)</b>	<b>13.355</b>
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	6.d	(982)	1.813
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		12.637	5.657
Provisão de Processos Judiciais e Administrativos	13.c	(25.553)	5.885
<b>Variações em Ativos e Passivos</b>		<b>63.538</b>	<b>(31.590)</b>
Redução (Aumento) em Operações de Arrendamento Mercantil		74.304	59.512
Redução (Aumento) em Outros Créditos		(16.070)	4.868
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens		5.142	3.356
Aumento (Redução) em Depósitos		3.694	(95.350)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		5.499	(559)
Imposto Pago		(9.031)	(3.417)
<b>Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais</b>		<b>85.722</b>	<b>(968)</b>
<b>Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>85.722</b>	<b>(968)</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período</b>	<b>4</b>	<b>32.057</b>	<b>10.265</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período</b>	<b>4</b>	<b>117.779</b>	<b>9.297</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

**COMPANHIA DE ARRENDAMENTO MERCANTIL RCI BRASIL**  
**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	<u>Nota</u>	<u>01/01 a 31/03/2015</u>		<u>01/01 a 31/03/2014</u>	
Receitas da Intermediação Financeira		187.262		173.672	
Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias		1.446		1.982	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	6.d	982		(1.813)	
Outras Receitas e Despesas		32.861		55.802	
Despesas da Intermediação Financeira		(158.263)		(194.883)	
Insumos de Terceiros		(2.881)		(2.537)	
Serviços de Terceiros		(1.378)		(1.063)	
Outros		(1.503)		(1.474)	
<b>Valor Adicionado Bruto/Líquido Produzido/a Distribuir</b>		<b>61.407</b>		<b>32.223</b>	
<b>Distribuição do Valor Adicionado</b>					
Impostos, Taxas e Contribuições		25.325	41,2%	14.956	46,4%
Federais		24.066		13.553	
Municipais		1.259		1.403	
Remuneração de Capitais Próprios		36.082	58,8%	17.267	53,6%
Reinvestimentos de Lucros		36.082		17.267	
<b>Total</b>		<b>61.407</b>	<b>100,0%</b>	<b>32.223</b>	<b>100,0%</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

**COMPANHIA DE ARRENDAMENTO MERCANTIL RCI BRASIL**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

**1. Contexto Operacional**

A Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil (Companhia), instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada na Rua Pasteur, 463 - 2º andar - Conjunto 204 - Batel - Curitiba - PR, atua no mercado de arrendamento mercantil, regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações voltadas, principalmente, para o arrendamento de veículos das marcas Renault e Nissan, e conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro.

**2. Apresentação das Informações Trimestrais**

As informações trimestrais da Companhia, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do CMN, do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

A preparação das informações trimestrais requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas, receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

As informações trimestrais do trimestre findo em 31 de março de 2015 foram aprovadas pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 15 de maio de 2015.

As informações trimestrais consolidadas das empresas financeiras Renault, compostas pela Companhia e RCI Brasil, elaboradas com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB), do trimestre findo em 31 de março de 2015, foram divulgadas, no prazo legal, na CVM (RCI Brasil).

**3. Principais Práticas Contábeis****a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação**

As informações trimestrais estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Companhia.

**b) Apuração do Resultado**

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

**c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo**

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

**d) Caixa e Equivalentes de Caixa**

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

**e) Carteira de Arrendamento e Provisão para Perdas**

A carteira de operações de arrendamentos a receber é demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados "pro rata" dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Os contratos de arrendamento de bens são registrados pelos correspondentes valores das contraprestações a receber, que indicam os valores das parcelas a vencer dos contratos, em conta de arrendamentos a receber, em contrapartida à conta retificadora de rendas a apropriar. As rendas decorrentes dos contratos de arrendamento são apropriadas pelo valor das contraprestações na data dos vencimentos, conforme determina a Portaria do Ministério da Fazenda (MF) 140/1984.

**COMPANHIA DE ARRENDAMENTO MERCANTIL RCI BRASIL**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

---

Normalmente, a Companhia efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de arrendamento de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de arrendamento baixado para prejuízo é registrado em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As provisões para operações de arrendamento são fundamentadas nas análises das operações em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, inclusive, exigidas pelas normas do CMN e Bacen.

**f) Despesas Antecipadas**

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos de arrendamento mercantil.

**f.1) Comissões Pagas a Correspondentes Bancários**

Considerando-se o contido na Resolução 4.294 e Circular Bacen 3.693 de dezembro de 2013, a partir de janeiro de 2015 as comissões pagas aos agentes intermediários em decorrência da originação de novas operações de crédito ficam limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade.

As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

A Circular Bacen 3.738 de dezembro de 2014, facultou a possibilidade de aplicação escalonada do procedimento contábil supracitado, conforme abaixo:

- a) 2015: Reconhecer integralmente como despesa 1/3 do valor da comissão paga, sendo a diferença ativada e apropriada ao resultado pelo período de 36 meses ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor;
- b) 2016: Reconhecer integralmente como despesa 2/3 do valor da comissão paga, sendo a diferença ativada e apropriada ao resultado pelo período de 36 meses ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor; e
- c) 2017: Reconhecer o valor total da comissão paga integralmente como despesa.

Segundo o contido na Circular Bacen 3.722 de outubro de 2014, os procedimentos contábeis anteriormente descritos devem ser aplicados de forma prospectiva a partir de janeiro de 2015, não trazendo impactos sobre as comissões pagas até dezembro de 2014.

A partir de janeiro de 2020, caso ainda exista no ativo da entidade saldo a amortizar de comissão de venda paga ao correspondente, esse montante deve ser integralmente baixado contra resultado (despesa).

A Companhia optou pela não aplicação temporal dos procedimentos contábeis referenciados pela Circular Bacen 3.738 de dezembro de 2014. Neste sentido com base no contido na Resolução 4.294 e Circular 3.693, as comissões pagas aos agentes intermediários em decorrência da originação de novas operações de arrendamento estão sendo integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas. O efeito da nova prática resultou na despesa líquida de R\$967 no trimestre.

**g) Permanente**

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

**g.1) Imobilizado**

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base na seguinte taxa anual: móveis e equipamentos de uso - 10%.

**g.2) Imobilizado de Arrendamento**

Os bens objeto dos contratos de arrendamento celebrados na vigência das Portarias MF 140/1984 e MF 113/1988 são depreciados segundo os prazos de vida útil-econômica estabelecidos pela legislação tributária, reduzidos em 30% desde que atendidos os requisitos estabelecidos.

**COMPANHIA DE ARRENDAMENTO MERCANTIL RCI BRASIL****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

**g.3) Insuficiência/Superveniência de Depreciação**

Constituída de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Circular Bacen 1.429/1989, resulta da diferença entre o valor contábil dos contratos de arrendamento e o valor presente das respectivas contraprestações, calculada com base na taxa interna de retorno. De acordo com essa Circular, o valor contábil dos contratos é determinado pela soma das seguintes contas: arrendamentos a receber, valores residuais a realizar e a balancear, rendas de arrendamentos a apropriar, imobilizado de arrendamento, perdas em arrendamentos a amortizar, depreciações e amortizações acumuladas, bens não de uso próprio e credores por antecipação de valor residual. A referida Circular não requer a reclassificação dos saldos do ativo permanente para o ativo circulante e realizável a longo prazo e receitas e despesas de arrendamento mercantil. Tais ajustes são apresentados pelo saldo da conta de insuficiência/superveniência de depreciação no permanente. O imposto de renda correspondente à superveniência ou à insuficiência é representado pelo saldo da conta de provisão para imposto de renda diferido ou créditos tributários, respectivamente.

**g.4) Perdas em Arrendamentos a Amortizar**

Correspondem a perdas apuradas na venda de bens pelo valor residual dos contratos que são amortizadas pelo respectivo prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados. O saldo correspondente às perdas a amortizar, para efeito das informações trimestrais, está reclassificado para a rubrica “bens arrendados”.

**h) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais**

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Os processos judiciais e administrativos são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.

As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base nas melhores informações disponíveis. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas informações trimestrais. São total ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

Passivos contingentes são obrigações possíveis que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle da Companhia. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, mas sim divulgados nas notas explicativas às informações trimestrais.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas informações trimestrais.

**i) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)**

O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e Cofins são registradas em despesas tributárias.

**j) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)**

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% e a CSLL à alíquota de 15%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal e sobre os prejuízos fiscais.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na nota 7.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, aprovada pela Administração da Companhia na reunião realizada no dia 25 de fevereiro de 2015.

**COMPANHIA DE ARRENDAMENTO MERCANTIL RCI BRASIL**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

**k) Estimativas Contábeis**

As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das informações trimestrais são revisadas pelo menos trimestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício quando comparados com os montantes reais, tais como: valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências, valorização a mercado de títulos e valores mobiliários e a realização dos créditos tributários. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

**4. Caixa e Equivalentes de Caixa**

	<b>31/03/2015</b>	<b>31/12/2014</b>	<b>31/03/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
<b>Disponibilidades</b>	<b>7.779</b>	<b>4.046</b>	<b>9.297</b>	<b>10.265</b>
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	<b>110.000</b>	<b>28.011</b>	-	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	110.000	28.011	-	-
<b>Total</b>	<b>117.779</b>	<b>32.057</b>	<b>9.297</b>	<b>10.265</b>

**5. Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade**

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

As informações foram produzidas com base no conteúdo dos sistemas produtos e da contabilidade, sendo que os cálculos foram realizados de acordo com as metodologias utilizadas pela Administração do conglomerado financeiro. Nesse sentido, os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e "banking", conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Método Padronizado de Basileia do Bacen. Carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação e a carteira "banking" consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio da Companhia.

A Companhia efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Instrução CVM 475/2008, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente em suas posições:

O quadro resumo apresentado abaixo sintetiza valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos da Companhia, referente a carteira "banking", para cada um dos cenários da carteira do dia 31 de março de 2015 e não apresentava saldo na carteira de negociação.

**Carteira "Banking"**

<b>Fatores de Risco</b>	<b>Descrição</b>	<b>Cenário 1</b>	<b>Cenário 2</b>	<b>Cenário 3</b>
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré-Fixadas	(235)	(7.375)	(14.515)
<b>Total <sup>(1)</sup></b>		<b>(235)</b>	<b>(7.375)</b>	<b>(14.515)</b>

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

**Cenário 1:** uma situação considerada provável pela Administração. Com base nas informações de mercado, foram aplicados choques de 10 pontos base para taxa de juros.

**Cenário 2:** uma situação, com deterioração de 25% na variável de risco considerada.

**Cenário 3:** uma situação, com deterioração de 50% na variável de risco considerada.

**COMPANHIA DE ARRENDAMENTO MERCANTIL RCI BRASIL**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**  
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

**6. Carteira de Arrendamento e Provisão para Perdas**

Os contratos de arrendamento são pactuados a taxas pré-fixadas e têm cláusula de opção de compra, renovação do arrendamento ou devolução ao final do contrato.

**a) Carteira de Arrendamento**

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil	<b>1.312.424</b>	<b>1.407.507</b>
Arrendamentos a Receber	428.817	457.364
Valores Residuais a Realizar <sup>(1)</sup>	883.607	950.143
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(408.413)	(435.374)
Valores Residuais a Balancear	(883.607)	(950.143)
Outros Valores e Bens	1.192	1.280
Imobilizado de Arrendamento (Nota 9)	3.014.201	3.117.381
Credores por Antecipação de Valor Residual (Nota 12)	(2.002.276)	(2.032.496)
<b>Total da Carteira de Arrendamento a Valor Presente</b>	<b>1.033.521</b>	<b>1.108.155</b>
<b>Circulante</b>	<b>521.748</b>	<b>559.781</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>511.773</b>	<b>548.374</b>

(1) Valor residual garantido dos contratos de arrendamento mercantil, líquida de antecipações.

A receita financeira não realizada de arrendamento mercantil (receita de arrendamento mercantil a apropriar referente aos pagamentos mínimos a receber) é de R\$278.903 (31/12/2014 - R\$299.352).

Em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, não existiam acordos ou compromissos de arrendamento mercantil que sejam considerados relevantes.

**b) Carteira por Vencimento**

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
<b>Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil</b>		
Vencidas	16.604	16.418
A Vencer:		
Até 1 Ano	568.635	603.560
De 1 a 5 Anos	726.987	787.182
Acima de 5 Anos	198	347
<b>Total</b>	<b>1.312.424</b>	<b>1.407.507</b>
	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
<b>Carteira de Arrendamento a Valor Presente</b>		
Vencidas	14.455	9.230
A Vencer:		
Até 1 Ano	521.748	559.781
De 1 a 5 Anos	497.240	539.009
Acima de 5 Anos	78	135
<b>Total</b>	<b>1.033.521</b>	<b>1.108.155</b>

**c) Carteira por Setor de Atividades a Valor Presente**

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
<b>Setor Privado</b>		
Indústria	2.333	2.190
Comércio	13.084	14.898
Instituições Financeiras	6	10
Serviços e Outros	18.683	21.214
Pessoas Físicas	999.415	1.069.843
<b>Total</b>	<b>1.033.521</b>	<b>1.108.155</b>

**COMPANHIA DE ARRENDAMENTO MERCANTIL RCI BRASIL**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

**d) Carteira e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa sobre Carteira a Valor Presente Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco**

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos				Provisão Requerida	
		Curso Normal	Curso Anormal <sup>(1)</sup>	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
				Total	Total		
AA	-	3.914	-	3.914	4.251	-	-
A	0,5%	921.951	-	921.951	988.716	4.610	4.944
B	1%	21.477	30.168	51.645	55.929	516	559
C	3%	6.444	23.158	29.602	30.165	888	905
D	10%	3.287	5.764	9.052	11.023	905	1.102
E	30%	52	2.961	3.013	3.477	904	1.044
F	50%	-	3.349	3.349	2.621	1.674	1.311
G	70%	-	1.801	1.802	1.912	1.261	1.338
H	100%	-	9.193	9.193	10.061	9.193	10.061
<b>Total</b>		<b>957.125</b>	<b>76.394</b>	<b>1.033.521</b>	<b>1.108.155</b>	<b>19.951</b>	<b>21.264</b>

(1) Inclui parcelas vincendas e vencidas.

**e) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa**

	01/01 a 31/03/2015	01/01 a 31/03/2014
<b>Saldo Inicial</b>	<b>21.264</b>	<b>19.748</b>
Constituição (Reversão)	(982)	1.813
Baixas	(331)	(271)
<b>Saldo Final</b>	<b>19.951</b>	<b>21.290</b>
<b>Circulante</b>	<b>8.776</b>	<b>9.051</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>11.175</b>	<b>12.239</b>

Foram recuperados créditos no valor de R\$970 (2014 - R\$2.567), registrados como receita da intermediação financeira na rubrica operações de arrendamento mercantil.

**7. Créditos Tributários**

**a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários**

	Saldo em 31/12/2014	Constituição	Realização	Saldo em 31/03/2015
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	10.353	302	(428)	10.227
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos				
- Ações Cíveis	1.049	152	(103)	1.098
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	18.503	782	(11.169)	8.116
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos				
- Ações Trabalhistas	41	-	-	41
Outras Provisões Temporárias	228	-	(12)	216
<b>Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias</b>	<b>30.174</b>	<b>1.236</b>	<b>(11.712)</b>	<b>19.698</b>
Prejuízos Fiscais	177.817	-	(2.412)	175.405
<b>Total dos Créditos Tributários</b>	<b>207.991</b>	<b>1.236</b>	<b>(14.124)</b>	<b>195.103</b>
<b>Circulante</b>	<b>10.555</b>			<b>12.303</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>197.436</b>			<b>182.800</b>



**COMPANHIA DE ARRENDAMENTO MERCANTIL RCI BRASIL**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Saldo em 31/12/2013	Constituição	Realização	Saldo em 31/03/2014
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	9.272	831	(160)	9.943
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos				
- Ações Cíveis	507	179	(34)	652
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	12.964	1.330	-	14.294
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos				
- Ações Trabalhistas	41	-	-	41
Outras Provisões Temporárias	<b>244</b>	-	<b>(105)</b>	<b>139</b>
<b>Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias</b>	<b>23.028</b>	<b>2.340</b>	<b>(299)</b>	<b>25.069</b>
Prejuízos Fiscais	186.421	2.328	-	188.749
<b>Total dos Créditos Tributários Circulante</b>	<b>3.582</b>			<b>3.728</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>205.867</b>			<b>210.090</b>

A Companhia não possui créditos tributários não registrados.

**b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários**

Ano	31/03/2015			
	Diferenças Temporárias		Prejuízos	
	IRPJ	CSLL	Fiscais	Total
2015	1.900	1.122	5.250	8.272
2016	4.824	2.871	8.429	16.124
2017	5.004	2.611	29.435	37.050
2018	679	402	31.216	32.297
2019	142	86	31.907	32.135
2020 a 2022	36	21	69.168	69.225
<b>Total</b>	<b>12.585</b>	<b>7.113</b>	<b>175.405</b>	<b>195.103</b>

Ano	31/12/2014			
	Diferenças Temporárias		Prejuízos	
	IRPJ	CSLL	Fiscais	Total
2015	2.533	1.496	6.526	10.555
2016	4.532	2.696	8.548	15.776
2017	11.796	6.685	27.414	45.895
2018	136	82	31.353	31.571
2019	136	82	31.895	32.113
2020 a 2022	-	-	72.081	72.081
<b>Total</b>	<b>19.133</b>	<b>11.041</b>	<b>177.817</b>	<b>207.991</b>

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

**c) Valor Presente dos Créditos Tributários**

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$142.471 (31/12/2014 - R\$149.594), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e a taxa média de captação projetada para os períodos correspondentes.

**8. Outros Créditos - Diversos**

	31/03/2015	31/12/2014
Devedores por Depósitos em Garantia		
Para Interposição de Recursos Fiscais	70.740	55.185
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	155	153
Outros	1.023	807
Impostos e Contribuições a Compensar	37.513	35.449
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (Nota 15.d)	5.879	7.700
Outros	54	4
<b>Total</b>	<b>115.364</b>	<b>99.298</b>
<b>Circulante</b>	<b>7.134</b>	<b>7.677</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>108.230</b>	<b>91.621</b>

**COMPANHIA DE ARRENDAMENTO MERCANTIL RCI BRASIL**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**  
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

**9. Imobilizado de Arrendamento**

Compreende os bens relacionados aos contratos de arrendamento (Nota 6.a), e tem a seguinte composição:

	<b>31/03/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
Veículos e Afins	2.905.656	3.001.425
Máquinas e Equipamentos	29	29
Depreciações Acumuladas	(1.263.201)	(1.254.697)
Superveniências de Depreciações	1.371.228	1.370.253
Perdas em Arrendamentos a Amortizar	489	371
<b>Total</b>	<b>3.014.201</b>	<b>3.117.381</b>

Os bens estão compromissados para venda aos arrendatários, conforme opção destes, quando da liquidação dos respectivos contratos de arrendamento. O seguro dos bens arrendados é efetuado pelo arrendatário, com cláusula de benefício em favor da Companhia. Foi registrado uma superveniência de depreciação no valor de R\$975 no trimestre (2014 - R\$25.607), equivalente ao ajuste do efetivo valor presente dos fluxos futuros das operações de arrendamento, determinado de acordo com as taxas de retorno de cada operação, em conformidade com a Instrução CVM 58/1986 e Circular Bacen 1.429/1989.

**10. Depósitos**

Representados por depósitos interfinanceiros no montante de R\$118.847 (31/12/2014 - R\$115.153), sendo R\$ 56.503 com vencimento até 3 meses e R\$ 62.344 de 3 a 12 meses.

**11. Fiscais e Previdenciárias**

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores questionados em processos judiciais e administrativos.

	<b>31/03/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
Provisão para Tributos Diferidos	343.517	343.767
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 13.b)	67.109	91.088
Impostos e Contribuições a Pagar	4.375	4.866
<b>Total</b>	<b>415.001</b>	<b>439.721</b>
<b>Circulante</b>	<b>5.195</b>	<b>6.149</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>409.806</b>	<b>433.572</b>

**Natureza e Origem dos Passivos Tributários Diferidos**

	<b>Saldo em 31/12/2014</b>	<b>Constituição</b>	<b>Realização</b>	<b>Saldo em 31/03/2015</b>
Superveniência de Arrendamento Mercantil	342.563	244	-	342.807
Comissões Diferidas	1.204	-	(494)	710
<b>Total</b>	<b>343.767</b>	<b>244</b>	<b>(494)</b>	<b>343.517</b>

	<b>Saldo em 31/12/2013</b>	<b>Constituição</b>	<b>Realização</b>	<b>Saldo em 31/12/2014</b>
Superveniência de Arrendamento Mercantil	336.162	6.401	-	342.563
Comissões Diferidas	4.874	-	(3.670)	1.204
<b>Total</b>	<b>341.036</b>	<b>6.401</b>	<b>(3.670)</b>	<b>343.767</b>

**12. Outras Obrigações - Diversas**

	<b>31/03/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
Credores por Antecipação de Valor Residual (Nota 6.a)	2.002.276	2.032.496
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 13.b)	2.848	2.726
Outras <sup>(1)</sup>	96.505	101.242
<b>Total</b>	<b>2.101.629</b>	<b>2.136.464</b>
<b>Circulante</b>	<b>785.226</b>	<b>796.805</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>1.316.403</b>	<b>1.339.659</b>

(1) Inclui, rendas relativas aos subsídios de taxas de juros recebidos do Grupo Renault. Os recursos são apropriados exponencialmente ao resultado pela fluência dos prazos dos respectivos contratos de arrendamentos no valor de R\$93.022 (31/12/2014 - R\$97.208).

**COMPANHIA DE ARRENDAMENTO MERCANTIL RCI BRASIL**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**  
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

**13. Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias**

**a) Ativos Contingentes**

Em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

**b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza**

	<b>31/03/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 11)	67.109	91.088
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos (Nota 12)	2.848	2.726
Ações Trabalhistas	102	102
Ações Cíveis	2.749	2.624
<b>Total</b>	<b>69.957</b>	<b>93.814</b>

**c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais**

	<b>01/01 a 31/03/2015</b>		
	<b>Fiscais</b>	<b>Trabalhistas</b>	<b>Cíveis</b>
<b>Saldo Inicial</b>	<b>91.088</b>	<b>102</b>	<b>2.624</b>
Constituição (Reversão) <sup>(1)</sup>	(23.979)	-	381
Pagamentos	-	-	(256)
<b>Saldo Final</b>	<b>67.109</b>	<b>102</b>	<b>2.749</b>
Depósitos em Garantia - Outros Créditos <sup>(2)</sup>	65.504	-	-

  

	<b>01/01 a 31/03/2014</b>		
	<b>Fiscais</b>	<b>Trabalhistas</b>	<b>Cíveis</b>
<b>Saldo Inicial</b>	<b>68.820</b>	<b>102</b>	<b>1.269</b>
Constituição / Reversão <sup>(1)</sup>	5.438	-	447
Pagamentos	-	-	(85)
<b>Saldo Final</b>	<b>74.258</b>	<b>102</b>	<b>1.631</b>
Depósitos em Garantia - Outros Créditos <sup>(2)</sup>	41.364	-	-

(1) Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras operacionais e IR e CSLL. No trimestre findo em 31 de março de 2015, inclui reversão de provisão no processo relativo a PIS e Cofins, conforme mencionado na Nota 13.d.

(2) Não contempla os depósitos em garantia para as contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.

**d) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal e Previdenciária**

São processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias. Os principais processos são:

**PIS e Cofins - R\$10.863 (31/12/2014 - R\$37.949):** a Companhia ajuizou medida judicial visando a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afastada em decisões recentes do Supremo Tribunal Federal em relação às entidades não financeiras, eram tributadas pelo PIS e pela Cofins apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias. No trimestre findo em 31 de março de 2015, houve reversão de provisão no montante de R\$27.922 em virtude de reavaliação do cálculo do valor provável na hipótese da sentença ser desfavorável.

**Majoração de Alíquota da CSLL - R\$55.909 (31/12/2014 - R\$52.802):** A Companhia ajuizou ação judicial visando a afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela Medida Provisória 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a nova legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. As ações judiciais ainda estão pendentes de julgamento.

**e) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível**

São ações judiciais de caráter predominantemente indenizatório e revisionais de crédito.

As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a arrendamentos mercantis.

As ações revisionais referem-se a operações de arrendamento mercantil, através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais.

**COMPANHIA DE ARRENDAMENTO MERCANTIL RCI BRASIL**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

As ações cíveis são provisionadas de acordo com a avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base na fase de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

f) A Companhia não possui passivos contingentes classificados como risco de perda possível individualmente significativo. Os passivos contingentes constantes, não significativos, importam em aproximadamente R\$6.954 para ações cíveis e R\$22.110 para ações fiscais (31/12/2014 - R\$6.256 e R\$22.002, respectivamente). A natureza das ações se assemelham as descritas nos itens "d" e "e".

**14. Patrimônio Líquido**

**a) Capital Social**

Em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o capital social no valor de R\$448.152 é composto por ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, assim demonstrado (em milhares de ações):

	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>
De Domiciliados no País	163	80	243
<b>Total</b>	<b>163</b>	<b>80</b>	<b>243</b>

**b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio**

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas conferem todos os demais direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além da prioridade na distribuição dos dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias e no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de dissolução da Companhia.

**c) Reservas Estatutárias**

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício foi destinado para a reserva para reforço de capital de giro, com a finalidade de garantir os meios financeiros para a operação da Companhia, limitada a 100% do capital social, podendo ser utilizada para futuros aumentos de capital.

**15. Partes Relacionadas**

**a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração**

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Companhia realizada em 30 de abril de 2015, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores e para o ano de 2015 foi fixado o valor máximo de R\$10. A Companhia é parte integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam na RCI Banque e no Banco Santander.

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Nos trimestres findos em 31 de março de 2015 e 2014, não foram registradas despesas com honorários para a Diretoria e Conselho de Administração e planos de aposentadoria complementar.

**b) Operações de Crédito**

Nos termos da legislação vigente, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos envolvendo:

I - diretores, membros dos Conselhos de Administração e do Comitê de Auditoria, bem como seus respectivos cônjuges e parentes, até o segundo grau;

II - pessoas físicas ou jurídicas que participem no capital da Companhia, com mais de 10%;

III - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, a Companhia;

IV - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, quaisquer dos diretores, membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até o segundo grau.

**c) Participação Acionária**

A Companhia é controlada pela RCI Brasil que possui participação direta de 243 mil ações equivalentes a 100,0% do capital social.

**COMPANHIA DE ARRENDAMENTO MERCANTIL RCI BRASIL**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**  
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

**d) Transações com Partes Relacionadas**

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações e saldos são conforme segue:

	<b>Ativos (Passivos)</b>		<b>Receitas (Despesas)</b>	
	<b>31/03/2015</b>	<b>31/12/2014</b>	<b>01/01 a 31/03/2015</b>	<b>01/01 a 31/03/2014</b>
<b>Disponibilidades</b>	<b>7.779</b>	<b>4.046</b>	-	-
Banco Santander <sup>(3)</sup>	7.779	4.046	-	-
<b>Valores a Receber de Sociedades Ligadas <sup>(6)</sup></b>	<b>5.879</b>	<b>7.700</b>	<b>13.937</b>	<b>15.449</b>
Renault do Brasil S.A. <sup>(4)</sup>	5.557	7.220	10.795	11.261
Nissan do Brasil S.A. <sup>(4)</sup>	322	480	3.142	4.188
<b>Aplicações em Depósitos Interfinanceiros</b>	<b>110.000</b>	<b>28.010</b>	<b>2.079</b>	-
RCI Brasil <sup>(2)</sup>	110.000	28.010	2.047	-
Banco Santander <sup>(3)</sup>	-	-	32	-
<b>Depósitos Interfinanceiros</b>	-	-	-	<b>(4.194)</b>
RCI Brasil <sup>(2)</sup>	-	-	-	(4.194)
<b>Dividendos e Bonificações a Pagar</b>	<b>(54.978)</b>	<b>(54.978)</b>	-	-
RCI Brasil <sup>(2)</sup>	(54.978)	(54.978)	-	-
<b>Valores a Pagar a Sociedades Ligadas</b>	<b>(326)</b>	<b>612</b>	<b>(991)</b>	<b>(1.074)</b>
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. <sup>(1) (5)</sup>	(326)	612	(991)	(1.074)

(1) As despesas referem-se a despesas administrativas - convênio operacional.

(2) Controladora direta da Companhia.

(3) Controlador indireto da Companhia em conjunto (RCI Banque = 60,11% e Banco Santander = 39,89%).

(4) Coligadas da controladora indireta RCI Banque.

(5) Subsidiária do controlador indireto Banco Santander.

(6) Valores a receber das montadoras, referente a equalização de taxas de juros.

**16. Outras Receitas Operacionais**

	<b>01/01 a 31/03/2015</b>	<b>01/01 a 31/03/2014</b>
Reversão de Provisões Operacionais - Outras <sup>(1)</sup>	28.344	92
Atualização de Depósitos Judiciais	1.238	910
Atualização de Impostos a Compensar	830	595
Comissão de Permanência sobre Contratos em Atraso	1.216	1.256
Recuperação de Encargos e Despesas	1.431	970
Outras	3	2
<b>Total</b>	<b>33.062</b>	<b>3.825</b>

(1) Reversão de provisão PIS/Cofins (Nota 13.c).

**17. Outras Despesas Operacionais**

	<b>01/01 a 31/03/2015</b>	<b>01/01 a 31/03/2014</b>
Despesas com Comissões Comerciais e de Agenciamento	7.084	7.660
Descontos Concedidos	642	470
Provisões Operacionais		
Fiscais (Nota 13.c)	1.119	808
Cíveis (Nota 13.c)	381	447
Gastos com Contratos em Atraso	1.058	525
Outras	412	211
<b>Total</b>	<b>10.696</b>	<b>10.121</b>

**18. Resultado não Operacional**

Representado, substancialmente, por resultados na alienação de imobilizado de arrendamento no valor de R\$10.447 no trimestre (2014 - R\$62.087).

**COMPANHIA DE ARRENDAMENTO MERCANTIL RCI BRASIL**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

**19. Imposto de Renda e Contribuição Social**

	<b>01/01 a</b>	<b>01/01 a</b>
	<b>31/03/2015</b>	<b>31/03/2014</b>
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro</b>	<b>59.312</b>	<b>28.208</b>
<b>Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 15%, Respectivamente</b>	<b>(23.725)</b>	<b>(11.283)</b>
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	489	342
Demais Ajustes	6	-
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(23.230)</b>	<b>(10.941)</b>

**20. Outras Informações**

As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios. O resumo do relatório da descrição da estrutura de gerenciamento do risco de crédito foram divulgados e publicados em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco Santander, disponíveis no endereço eletrônico [www.santander.com.br/ri](http://www.santander.com.br/ri).

\*\*\*\*\*

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

### **Presidente**

Éric Jean Spielrein

### **Conselheiros Efetivos**

André de Carvalho Novaes  
Dominique Edmond Pierre Signora  
João Guilherme de Andrade So Consiglio  
Oscar Rodriguez Herrero  
Philippe Jean Claude Buros

### **Suplente do Presidente do Conselho**

Alain Gérard Ballu

### **Conselheiros Suplentes**

Andrea Veronica Arrossi de Mazzucchelli  
Carlos Alberto López Galán  
Nilton Sergio Silveira Carvalho  
Thierry Gérard Alaux  
William Cossermelli

## DIRETORIA

### **Diretor Presidente e Diretor de Risco**

Dominique Edmond Pierre Signora

### **Diretor de Relações Institucionais**

André de Carvalho Novaes

### **Diretor CrediNissan**

Thierry Gérard Alaux

### **Diretor Administrativo Financeiro**

Andrea Veronica Arrossi de Mazzucchelli

### **Contador**

Andre Miguel do Nascimento - CRC 1SP 191241/O-8

# Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Conselheiros e Diretores da  
Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil  
Curitiba – PR

## **Introdução**

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil (“CAM RCI Brasil”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da CAM RCI Brasil é responsável pela elaboração e apresentação das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

## **Alcance da revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

## **Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias**

A CAM RCI Brasil registra as suas operações e elabora as suas informações contábeis intermediárias com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado na nota explicativa às informações trimestrais nº 3.e. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e



rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do patrimônio líquido e do resultado em 31 de março de 2015, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

### **Conclusão com ressalva**

Com base em nossa revisão, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para a conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias” acima, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

### **Outros assuntos**

#### *Demonstrações do valor adicionado*

Revisamos, também, a Demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findos em 31 de março de 2015, elaborada sob a responsabilidade da Administração da CAM RCI Brasil, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Curitiba, 15 de abril de 2015

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6

Charles Domingos de Almeida  
Contador CRC PR-039655/O-9